

Contra o filé

Fazenda quer fim de isenção tributária para carnes: receita aumentaria em R\$ 100 milhões ao ano

RAFAEL GALDO
rafael.galdo@oglobo.com.br

Como, em tempos de crise, toda gota é muita água, uma força-tarefa da Secretaria estadual de Fazenda e Planejamento procura ralos onde podem escorrer receitas. Reunidos numa sala de dez metros quadrados na Avenida Presidente Vargas, no Centro, técnicos da pasta têm a missão de detectar possíveis fontes de arrecadação perdidas. E o primeiro vilão já foi encontrado: o filé mignon tem isenção fiscal no Rio, sob a justificativa de que, pelas leis estaduais, é item da cesta básica do cidadão fluminense. Só esqueceram que, com o preço do quilo de R\$ 40 a R\$ 60 nos açougues e supermercados, faz tempo que o produto não é comum na mesa da maior parte da população. Só com a isenção do filé mignon, os cofres públicos perdem cerca de R\$ 100 milhões por ano. A longa anistia de 15 anos representa uma perda acumulada de R\$ 1,5 bilhão.

Aqui e ali, o grupo já identificou distorções que, se corrigidas, poderão gerar R\$ 1 bilhão a mais somente este ano. Coordenador dos "caçadores de arrecadação", o ex-secretário estadual da Receita Antônio Francisco Neto, explica que, no caso da carne, uma simples mudança na lei poderia resolver o problema. Desde a década de 1990, itens da cesta básica têm isenção ou redução de ICMS. A isenção é total, por exemplo, se os produtos são vendidos em estabelecimentos varejistas, como forma de desonerar o consumo de itens essenciais à mesa dos consumidores. O problema é que a Lei 4.892, de 2006, define os itens da cesta básica, mas não faz distinção entre os cortes de carne. Por isso, além do filé mignon, estão isentos alcatra, picanha e baby beef.

— Os mais pobres, de modo geral, lamentavelmente não têm condições de comprar o filé mignon ou outras carnes nobres. Não tenho dúvida de que o consumidor não ganha nada com essa isenção. Mas o estado deixa de arrecadar, por ano, R\$ 100 milhões só com a carne. A mesma lei inclui na cesta básica os pescados, mas, neste caso, lista exceções, como bacalhau e crustáceos. O que vamos sugerir é que seja feito o mesmo com a carne bovina, especificando os cortes — afirma Neto.

— O Executivo deve enviar à Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) uma proposta de modificação na lei da cesta básica logo após uma definição sobre o plano de venda da Cedae, que mobiliza a pauta da Casa.

No entanto, a Associação de Supermercadas do Rio (Asserj) já faz críticas à medida. Fábio Queiroz, presidente da entidade, adianta que os preços poderão subir 20%. Para ele, será mais um golpe contra o consumo em meio à crise.

— Desacelera a produção, com os frigoríficos já com capacidade ociosa, e reduz nossas vendas. É tudo que não precisamos neste momento. Com o orçamento do consumidor apertado, nossa estratégia tem sido aumentar as promoções. Em média, temos mantido os preços das

carnes de primeira num valor equivalente ao de dois anos atrás. Retirando os incentivos, não tenho dúvidas de que o aumento será repassado ao consumidor — diz Queiroz.

Não será a única mudança proposta pelos "caçadores de arrecadação". Na sala da Presidente Vargas, são oito pesos-pesados da secretaria, entre colaboradores externos e auditores fiscais da ativa e aposentados, que se debruçam diariamente sobre os buracos das receitas. Além disso, são analisadas sugestões de auditores fiscais do estado e do sindicato da categoria, o Sinfrefj. Até agora, há 200 pontos em análise.



Na vitrine, filé mignon é vendido a R\$ 59,90 em açougue da Tijuca: lei que inclui carnes nobres na cesta básica está na mira de força-tarefa: busca de receitas perdidas

HERANÇA DE IMÓVEIS: OUTRA FONTE DE RECURSOS

Uma das propostas, que também dependerá de aprovação da Alerj, é a revisão do limite do valor dos imóveis isentos do imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e por Doação de Quaisquer Bens e Direitos (ITD), pago pelos herdeiros dos bens. Hoje, no Rio, o teto para o benefício é de 100 mil Ufirs-RJ, valor equivalente a R\$ 320 mil. A ideia é reduzi-lo para 30 mil Ufirs-RJ, ou cerca de R\$ 96 mil. Com a modificação, a receita com o tributo teria um crescimento de R\$ 138 milhões ao ano. Ainda sobre o imposto, o grupo constatou que, atualmente, há cerca de 7.300 guias de ITD não pagas no estado. Os contribuintes estão sendo notificados sobre a necessidade de quitação dos débitos e informados das penalidades legais para a inadimplência.

Outro alvo é a sonogeração de ICMS no Mercado Livre de Energia (MLE), que, desde 1995, permite a consumidores — excluindo os residenciais — e geradores de energia elétrica a possibilidade de negociá-la em contratos de fornecimento acima de 500kW. Mesmo com mais empresas participando desse mercado, como shoppings, em esta-

dos como Santa Catarina e São Paulo apenas as grandes distribuidoras são responsáveis pelo recolhimento de todo o ICMS. A proposta é que o mesmo valha para o Rio como forma de ter mais controle sobre essa receita. Atualmente, cerca de 500 empresas, que declaram consumir energia nessa modalidade, proporcionam para o estado uma arrecadação anual de R\$ 336 milhões em ICMS. Ao intensificar a fiscalização, a expectativa é obter mais R\$ 168 milhões ao ano.

— Estamos em entendimento com Santa Catarina para adquirir um software, já usado pelo estado, que vai nos permitir aprimorar a cobrança. Seria uma receita nova para o Rio de Janeiro, já que, atualmente, não temos um controle efetivo sobre esse mercado — diz Antônio Francisco Neto.

Somente as mudanças relativas às carnes de primeira, ao ITD e ao mercado livre de energia renderiam, juntas, R\$ 406 milhões. Outras medidas com menor impacto financeiro, no entanto, devem irrigar a arrecadação. Uma delas vai atingir o querosene de aviação que não tem o cálculo atualizado desde 2002, ficando como mais um canal de vazamento de recursos. Com o combustível, a força-tarefa espera obter mais R\$ 20 milhões anuais para os cofres públicos.

Já o Sinfrefj enviou uma lista de 22 propostas. Apenas uma delas, a de centralizar na Subsecretaria de Receita as competências ligadas à fiscalização dos royalties e participações especiais, pode ter impacto positivo de R\$ 500 milhões ao ano.

— Fala-se muito em controle das receitas tributárias. Mas o estado carece, principalmente, de investir mais no controle das receitas não tributárias, como é caso da medida que propusemos em relação aos royalties — diz Ricardo Brand, diretor jurídico do sindicato. ●

PRATOS LIMPOS

Consumidores surpreendidos

Descobrir que o filé mignon é tratado como item da cesta básica surpreendeu consumidores ouvidos ontem pelo GLOBO. A dona de casa Marina Matos, de 33 anos, conta que só compra o produto quando tem promoção. Em geral, opta pelo filé de frango, que custa até 60% menos.

— É muito caro, não tem como comprar sempre. Acompanho as promoções e fico de olho nos preços. Quase sempre escolho o frango, bem mais barato. Quem dera o filé mignon fosse realmente um item de cesta básica, acessível à população — diz a dona de casa.

Balconista em um açougue em Copacabana desde 2010, Reinaldo Santos, de 28 anos, conta que cerca de 90% das vendas de filé mignon são para restaurantes e lanchonetes.

— As pessoas costumam comprar outros cortes, como alcatra ou contrafilé, carnes mais baratas. Essa história do filé mignon como item de alimentação básica me pegou de surpresa. Vou pedir para o meu patrão incluir na minha cesta de fim de ano. ●

Estado só aplicou 10,35% em saúde em 2016, revela relatório fiscal

Por outro lado, gastos com salários ultrapassaram limites legais

CARINA BACELAR
carina.gomes@oglobo.com.br

O relatório de gestão fiscal do último quadrimestre do ano passado, publicado no Diário Oficial de ontem, é como um prontuário de um paciente em estado grave. O documento revela a penúria do estado em 2016. Além do limite de endividamento, que estourou no segundo quadrimestre, o Rio de Janeiro, no fim do ano, também descumpriu a regra constitucional de investir de 12% da arrecadação de impostos em saúde. O setor só conseguiu atingir 10,35% da receita, o equiva-

lente a R\$ 3,75 bilhões. Para especialistas, isso implicaria em crime de responsabilidade, algo que pode levar a um processo de improbidade administrativa contra o governador e até a um impeachment. Mas a decretação de estado de calamidade, aprovada pela Assembleia Legislativa, pode resguardar o governador perante à Justiça e ao parlamento.

Como o GLOBO antecipou no mês passado, o limite de despesas com pessoal estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal tampouco foi respeitado. Se somado o gasto de todos os poderes, o valor destinado a salários (R\$ 33,4 bilhões) representou 72% dos R\$ 46,2 bilhões da Receita Corrente Líquida (RCL) do estado. A lei estabelece que o limite máximo é de 60%. Só no Executivo, o teto, que é de 49% da RCL, foi ultrapassado em

mais de 12% — as despesas alcançaram R\$ 28,5 bilhões.

Um dado curioso é que, mesmo revisada de R\$ 75,7 bilhões para R\$ 59,4 bilhões, a receita total do estado ficou ainda mais baixa que o esperado: foi de apenas R\$ 47,5 bilhões ao longo de 2016. A previdência, que terminou o ano com déficit de R\$ 11,5 bilhões, é outra amostra de que algo vai muito mal. As receitas previdenciárias ficaram em R\$ 4,5 bilhões. Bem diferente de 2015, quando foram "engordadas" por R\$ 6 bilhões do Fundo de Depósito Judicial, encerrando o ano com R\$ 12,8 bilhões. O rombo total, embora não tenha sido divulgado, deve ter alcançado R\$ 21,5 bilhões. Outro dado alarmante é o nível de endividamento. Enquanto o Senado impõe limite de 200% sobre a Receita Corrente Líquida, o estado

chegou a impressionantes 232%. Uma dívida consolidada de R\$ 107,2 bilhões, quando o máximo permitido seria R\$ 92,4 bilhões.

REPERCUSSÃO NA ALERJ

Professor de direito empresarial e tributário do Ibmec, Leonardo Pessoa ressalta que sanções previstas na LRF em caso de descumprimento estariam suspensas por causa do decreto de calamidade. Entre elas, o corte de comissionados, a suspensão de empenhos e a demissão de quadros concursados do estado.

— Com a calamidade, o governante fica liberado de tomar medidas mais drásticas — afirma. — Já a questão da responsabilização do governador é complexa. O Ministério Público pode ter o mesmo entendimento que eu tenho e entrar com uma ação (de improbidade), mas quem

vai decidir é o Judiciário.

Na Alerj, deputados reagiram aos dados divulgados. Para o Luiz Paulo Corrêa da Rocha (PSDB), presidente da Comissão de Tributação da Alerj, a discrepância de receitas previstas e realizadas se deve ao fato de o governo ter feito planejado um orçamento fora da realidade:

— Eu jamais vi um fechamento de exercício tão calamitoso.

Já Marcelo Freixo (PSOL) classificou os números de "barbárie fiscal" e questionou eventuais futuros empenhamentos, que o governo tenta obter com a venda da Cedae. Até deputados da base admitem que o relatório indica uma situação caótica.

— Os próximos cinco anos, independentemente de quem seja o governador, serão de suor e lágrimas — disse André Corrêa (DEM). ●

Números

R\$ 33,4 BILHÕES

Despesa consolidada com pessoal ao longo de 2016, incluindo todos os poderes

R\$ 3,7 BILHÕES

Quantia aplicada na área de saúde no ano passado, correspondente a apenas 10,35% das receitas provenientes de impostos, quando deveria ser de 12%

R\$ 107,2 BILHÕES

Dívida consolidada do estado no 3º quadrimestre do ano passado